

A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”

Amilcar Araujo Pereira*

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar alguns aspectos da história do movimento social negro no Brasil, que nos permitam observar como temas relacionados à importância da “educação” e da luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil” foram importantes para o próprio processo de constituição deste movimento social e para a criação da Lei 10.639 de 2003, que tornou obrigatório o ensino de História e cultura afro-brasileira nas escolas de todo o país. Este artigo tem como base duas pesquisas complementares: a pesquisa sobre a história do movimento negro no Brasil, que resultou em minha tese de doutorado intitulada *O mundo negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)*, defendida em 2010, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), e a pesquisa intitulada “História e cultura afro-brasileiras nos currículos e nas salas de aula: até onde vai a Lei 10.639/03 no estado do Rio de Janeiro?”, por mim coordenada a partir de outubro de 2010, na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Palavras-chave: Ensino de História; História e cultura afro-brasileira; Educação; Movimento negro.

A Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileiras nas escolas de todo o país, veio de repente, de cima para baixo? Teria sido este instrumento legal que complexifica ainda mais o ensino de História no Brasil, simplesmente, uma imposição do governo aos professores e às escolas? Questões como essas continuam sendo ouvidas com frequência entre professores de História em nosso país, mesmo após terem se passado mais de oito anos desde a sanção presidencial à referida lei. Isto se dá muito em função do, ainda pequeno, número de pesquisas e do pouco conhecimento produzido e estudado sobre as histórias das lutas dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional. Talvez, com um maior número de pesquisas e uma maior produção de conhecimentos para serem estudados sobre essas histórias, estaríamos contribuindo, como determina a lei, para o resgate da “contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política,

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

pertinentes à História do Brasil.”¹ A Lei 10.639/03 é fruto dessas histórias ainda pouco pesquisadas e, portanto, pouco conhecidas e pouco estudadas em nossas escolas. Se essa lei não pode ser pensada como uma construção realizada a partir de uma simples relação de causa / consequência, como formador de professores de História, atuando em cursos de formação inicial e continuada, acredito que para melhor entendermos e contextualizarmos o processo de construção dessa lei, seja fundamental conhecer a história do movimento negro organizado no Brasil republicano.² Creio ser fundamental, como parte da formação de professores de História, buscar a compreensão do processo histórico de formação da república brasileira em toda a sua complexidade, cotejando as diversas disputas e as diferentes lutas sociais e político-culturais, entre as quais se encontra a luta contra o racismo e a própria constituição do movimento social negro no Brasil.

Como exemplo dessas lutas dos movimentos sociais, que apresentavam várias reivindicações na segunda metade do século XX e especialmente a partir dos anos 1970, em meio ao processo de abertura política durante a ditadura militar, podemos encontrar a “Carta de Princípios” escrita em 1978 pelas lideranças do então recém-criado Movimento Negro Unificado (MNU), que já reivindicava, entre outras coisas, a reavaliação do papel do negro na história do Brasil e a valorização da cultura negra. Durante o processo de construção do regime democrático em nosso país na década de 1980, o próprio texto da chamada “Constituição cidadã” de 1988 já refletia algumas das reivindicações de diferentes grupos sociais que até então não eram contemplados na construção dos currículos escolares de História, como se pode observar no parágrafo 1º do Art. 242 da Constituição, que já determinava que “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.” Segundo Martha Abreu e Hebe Mattos,

¹ Como determina o texto da Lei 10.639/03, no § 1º do Artigo 26-A: “O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.”

² Considero o movimento negro organizado como um movimento social que tem como particularidade a atuação em relação à questão racial. Sua formação é complexa e engloba o conjunto de entidades, organizações e indivíduos que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, seja através de práticas culturais, de estratégias políticas, de iniciativas educacionais etc.; o que faz da diversidade e pluralidade características deste movimento social.

[...] desde o final da década de 1990, as noções de cultura e diversidade cultural, assim como de identidades e relações étnico-raciais, começaram a se fazer presentes nas normatizações estabelecidas pelo MEC com o objetivo de regular o exercício do ensino fundamental e médio, especialmente na área de história. Isso não aconteceu por acaso. É na verdade um dos sinais mais significativos de um novo lugar político e social conquistado pelos chamados movimentos negros e anti-racistas no processo político brasileiro, e no campo educacional em especial. (ABREU; MATTOS, 2008, p. 6).

Podemos identificar, portanto, a Lei 10.639, sancionada em 9 de janeiro de 2003 pelo recém-empossado Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, como um dos resultados desse novo lugar político e social e das várias reivindicações dos movimentos negros ao longo das últimas décadas.³ O objetivo deste artigo é apresentar alguns aspectos da história do movimento social negro no Brasil, que nos permitam observar como temas relacionados à importância da educação e à luta pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil foram importantes para o próprio processo de constituição deste movimento social. O presente trabalho tem como base duas pesquisas complementares: a pesquisa sobre a história do movimento negro no Brasil, que resultou em minha tese de doutorado intitulada *O Mundo Negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)*, defendida em 2010 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), e a pesquisa intitulada “História e cultura afro-brasileiras nos currículos e nas salas de aula: até onde vai a Lei 10.639/03 no estado do Rio de Janeiro?” desenvolvida a partir de outubro de 2010 na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).⁴

O movimento negro e suas lutas pela educação no Século XX

Ainda no início do período conhecido como “pós-abolição”, antes mesmo da criação da Frente Negra Brasileira (FNB) – que foi a maior organização do movimento social negro na primeira metade do Século XX – em 1931 na cidade de São Paulo, a questão da educação de pessoas negras já despontava como um tema de grande

³ Vale lembrar que, após a mobilização dos movimentos indígenas, a Lei 11.645 de 10 de março de 2008 tornou ainda mais complexa a discussão sobre os currículos de História no Brasil ao alterar a Lei nº 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, de 20 de dezembro de 1996, já modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

⁴ Ambas as pesquisas receberam apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a primeira por meio de bolsa de estudos, durante o curso de doutorado, e a segunda por meio de auxílio financeiro concedido para a realização da pesquisa através do Edital MCT/CNPq/MEC/CAPES nº 02/2010 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

importância para as organizações de negros em nosso país. Entre essas organizações, o Centro Cívico Palmares, criado em 1926, merece destaque, pois, segundo George Andrews, essa organização teria sido um marco importante para a mobilização política dos negros em São Paulo, justamente durante o período que antecede a Revolução de 1930. Nesse sentido, o Centro Cívico Palmares viria a contribuir significativamente para a criação, mais tarde, da FNB, também em São Paulo. Havia muitos participantes em comum nas duas organizações, inclusive em sua liderança, já que Arlindo Veiga dos Santos havia sido presidente do Centro Cívico Palmares e fora também o primeiro presidente da FNB, e alguns de seus militantes propunham inclusive uma ligação direta entre a criação de ambas as organizações, como no trecho abaixo, publicado na primeira página do jornal *A Voz da Raça*, de 3 de fevereiro de 1937: “A F.N.B. surgiu no Estado de São Paulo, graças à perspicácia da alma paulista, que, desde 1926, já havia fundado o CENTRO CÍVICO PALMARES, com o mesmo objetivo da aludida organização.” (grifos do autor) George Andrews diz o seguinte sobre as origens do Centro Cívico Palmares:

Em 1925, *O Clarim d'Alvorada* clamava pela criação do Congresso da Mocidade dos Homens de Côr, “um grande partido político composto exclusivamente de homens de côr”. Esses apelos não produziram resultados imediatos, mas sem dúvida foram parte do impulso subjacente à fundação, em 1926, do Centro Cívico Palmares. Assim chamado em homenagem ao quilombo de Palmares do século XVII, o centro originalmente destinava-se a proporcionar uma biblioteca cooperativa para a comunidade negra. A organização logo progrediu e passou a patrocinar encontros e conferências sobre questões de interesse público, e em 1928 lançou uma campanha para derrubar um decreto que proibia aos negros ingressar na milícia do Estado, a Guarda Civil. O centro foi bem sucedido ao requerer do governador Júlio Prestes que suspendesse o decreto, e depois o convenceu a derrubar uma proibição similar que impedia as crianças negras de participar de uma competição patrocinada pelo Serviço Sanitário de São Paulo para encontrar o bebê mais “robusto” e eugenicamente desejável do Estado. (ANDREWS, 1998, p. 227).

Analisando o trecho acima, podemos perceber alguns elementos comuns, certas continuidades entre organizações, como o Centro Cívico Palmares, a Frente Negra Brasileira e mesmo organizações do movimento negro contemporâneo. O primeiro seria a busca por uma atuação política e a apresentação de demandas do movimento à sociedade e aos poderes públicos, estratégia essa que ganharia maior vulto com a FNB, na década de 1930, e que permanece no seio do movimento negro organizado até os dias de hoje. Embora os militantes do Centro Cívico Palmares tenham conseguido, em 1928, a suspensão do decreto que proibia negros de entrarem na Guarda Civil do estado de

São Paulo, somente em 1932 foi que os militantes da Frente Negra conseguiram, após reunião com o próprio presidente Getúlio Vargas, que negros fossem contratados para a Guarda Civil, como relata o sociólogo Ahyas Siss:

A Frente Negra Brasileira (FNB) [...] obteve algumas conquistas sociais importantes como por exemplo, a inclusão de afro-brasileiros nos quadros da Guarda Civil de São Paulo, antiga aspiração dos negros paulistas. O corpo administrativo da Guarda Civil de São Paulo era composta, na sua maioria, por imigrantes e negavam a admissão de afro-brasileiros aos quadros dessa instituição. Recebidos em delegação pelo então Presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, os representantes da FNB apelaram ao Presidente no sentido de ser oferecido aos afro-brasileiros, igualdade de acesso àquela instituição. Vargas então ordenou à Guarda o imediato alistamento de 200 recrutas afro-brasileiros. Nos anos 30, cerca de 500 afro-brasileiros ingressaram nos quadros dessa instituição, com um deles chegando a ocupar o posto de coronel. (SISS, 2003, p.9).

Outra continuidade em relação à organização, criada em 1926, é a perceptível valorização da história do quilombo dos Palmares como exemplo de luta dos negros no Brasil, que ganha outra dimensão para o movimento negro nos anos 1970, como se verá abaixo. A importância dada à educação e a valorização de estratégias como a organização de encontros, conferências, centros de estudos etc., também podem ser observadas como elementos característicos do movimento negro brasileiro ao longo de todo o período republicano. Um exemplo interessante, nesse sentido, é a própria continuidade da campanha feita pelo jornal *O Clarim d'Alvorada*, em 1929, ainda em prol da realização do primeiro Congresso da Mocidade Negra do Brasil em São Paulo. Esse jornal, que afirmava ter como função a “Congregação da raça para a raça”, reiniciava a tal campanha na primeira página de sua edição de 3 de março de 1929, com o seguinte texto:

O Clarim d'Alvorada, à frente de um pugilo de moços bem intencionados, lança, com fé de realizar, as primeiras sementes para a concretização de um antigo sonho nosso: a organização do 1º Congresso da Mocidade Negra do Brasil. Isto porque, para tratarmos de assuntos de grandes vultos e de interesses patrióticos e raciais, é nosso dever, é dever de todos negros e mestiços sensatos, apoiarem esta iniciativa.

É interessante notar que já naquele momento se via como estratégica a procura pela aglutinação de “negros e mestiços” em torno de assuntos de “interesses raciais”. Fato que continua a ser buscado pelo movimento negro até os dias de hoje. Assim como também é interessante perceber que a “educação dos negros” também já ocupava um lugar de destaque na pauta de reivindicações, como se verá no trecho abaixo. Esses

componentes da “Mocidade Negra” seriam, segundo o jornal, “os pioneiros da raça heróica e menoscabada dentro de sua própria pátria.” E, na edição de 7 de abril de 1929, o jornal continuava a campanha com o seguinte discurso:

Em quarenta anos de liberdade, além do grande desamparo que foi dado aos nossos maiores, temos a relevar, com paciência, a negação de certos direitos que nos assistem, como legítimos filhos da grande pátria do cruzeiro. *Se os conspícuos patriotas desta República não cuidaram da educação dos negros, o nosso congresso tratará desse máximo problema que está latente na questão nacional [...].* Para os relegados filhos e netos dos épicos e primitivos plantadores do café, que foi e é a base de toda a riqueza econômica do nosso país, essa é a marcha do porvir. [...] O Congresso da Mocidade Negra tem que se realizar, muito embora os trãnsfugas pensem que a raça não esteja preparada para o certame, dentro da estabilidade essencial. Porém, a raça espoliada fará o seu congresso, entre as angústias e as glórias do seu antepassado, baseando-se nas esperanças de uma nova redenção para a família negra brasileira. (Grifos do autor).

Esse Congresso da Mocidade Negra, proposto pelo grupo do jornal *O Clarim d’Alvorada* nunca aconteceu. Mas a própria proposição e a campanha construída em torno dela podem ser vistas como referenciais para a realização, anos mais tarde, de vários congressos de negros, como o I Congresso do Negro Brasileiro, promovido pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), sob a liderança de Abdias do Nascimento, no Rio de Janeiro, em 1950, como nos informa o próprio Abdias:

Minhas primeiras experiências de luta foram na Frente Negra Brasileira. Alguns dos dirigentes da FNB desde a década de vinte se esforçavam tentando articular um movimento. Houve, assim, um projeto de reunir o Congresso da Mocidade Negra, em 1928, em São Paulo, o que não chegou a se concretizar. Somente em 1938 eu e outros cinco jovens negros realizamos o I Congresso Afro-Campineiro e, em 1950, o Teatro Experimental do Negro promoveu o I Congresso do Negro Brasileiro, no Rio de Janeiro.⁵ (POERNER, 1976).

A trajetória política de Abdias do Nascimento, sempre relacionada à questão racial no Brasil, pode ser vista, ela própria, como um elemento de continuidade no movimento negro que se constituiu nos diferentes períodos do Brasil republicano. Nascido em Franca, no estado de São Paulo, em 1914, Abdias participou como um jovem militante da Frente Negra Brasileira. Em 1944, ele foi a principal liderança na criação do Teatro Experimental do Negro e, em 1978, também participou da criação do Movimento Negro Unificado (MNU) em São Paulo. Amauri Mendes Pereira (2008) e Petrônio Domingues (2007) identificam três diferentes fases do movimento negro brasileiro, com características distintas, ao longo do Século XX, e Abdias do

⁵ Trecho do depoimento de Abdias do Nascimento. Ver POERNER (1976).

Nascimento participou de maneira ativa em todas elas: a primeira, do início do século até o Golpe do Estado Novo, em 1937; a segunda, do período que vai do processo de redemocratização, em meados dos anos 1940, até o Golpe militar de 1964; e a terceira, o movimento negro contemporâneo, que surge na década de 1970 e ganha impulso após o início do processo de Abertura política, em 1974. A primeira fase teria tido como ápice a criação e a consolidação da FNB como uma força política em âmbito nacional, exemplificada na sua transformação em partido político em 1936. Essa primeira fase foi encerrada logo após a implantação do Estado Novo, em 1937, pelo presidente Getúlio Vargas, e o consequente fechamento da FNB, juntamente com todas as outras organizações políticas no país. O movimento social negro brasileiro, nessa primeira fase, teria como principal característica a busca pela inclusão do negro na sociedade, com um caráter “assimilacionista”, sem a busca pela transformação da ordem social; outra característica era a existência de um nacionalismo declarado pela Frente Negra Brasileira e por outras organizações da época. Essas duas características podem ser vislumbradas no próprio órgão de divulgação da FNB, o jornal *A Voz da Raça* nº 1, de 18 de março de 1933, que trazia o seguinte texto em sua primeira página:

A Nação acima de tudo. E a Nação somos nós com todos os outros nossos patrícios que conosco, em quatrocentos anos, criaram o Brasil. [...] O Frentenegrino, como o negro em geral, deve estar atento nas suas reivindicações de direitos que definimos em nosso manifesto do ano passado; mas, para que seja digno de alcançar esses legítimos direitos no campo social, econômico e político, – é mister cumpra os Mandamentos da Lei que definem, antes de tudo, os deveres do homem, base da legitimidade dos direitos do homem.

É evidente que esse nacionalismo exacerbado não era completamente hegemônico no movimento negro da época, tendo em vista, por exemplo, o grupo do jornal *O Clarim d’Alvorada*, que circulou entre 1924 e 1932 e que tinha como principal liderança José Correia Leite.⁶ O movimento negro brasileiro, na década de 1930, também era plural e complexo. A Frente Negra, sem dúvida alguma, tornou-se a maior expressão desse movimento em sua época, até mesmo em função da dimensão nacional e do grande número de participantes que conquistou entre 1931 e 1937, que, segundo depoimentos da época, variavam entre 40 e até 200 mil sócios. Mas, além da existência

⁶ José Correia Leite, nascido em São Paulo, em 1900, foi também um dos fundadores da FNB, em 1931. Contudo, desligou-se da FNB ainda no momento da aprovação do estatuto da entidade, por divergir de sua inclinação ideológica, e fundou, então, o Clube Negro de Cultura Social, em 1932. Participou da Associação do Negro Brasileiro, fundada em 1945. Em 1954 fundou em São Paulo, com outros militantes, a Associação Cultural do Negro (ACN), e em 1960 participou da fundação da revista *Niger*.

de outras organizações menores e distintas, houve ainda algumas dissidências da própria FNB. Correia Leite também foi fundador da FNB, em 1931. Porém, logo durante a aprovação dos estatutos da organização, ele rompeu com a Frente Negra em função de sua discordância em relação à “inclinação fascista” que a organização estava tomando, como ele mesmo contou em seu livro:

Nós do grupo d’*O Clarim d’Alvorada*, no dia em que foram aprovados os estatutos finais, fomos combater porque não concordávamos com as idéias do Arlindo Veiga dos Santos. Era um estatuto copiado do fascismo italiano. Pior é que tinha um conselho de 40 membros e o presidente desse conselho era absoluto. A direção executiva só podia fazer as coisas com ordem desse conselho. O presidente do conselho era o Arlindo Veiga dos Santos, o absoluto. (LEITE, 1992, p. 94).

Como disse acima, a FNB era uma organização com forte caráter nacionalista, cuja estrutura lembrava a de agremiações de inclinação fascista, como a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em outubro de 1932. Seu estatuto, datado de 12 de outubro de 1931, previa um “grande conselho” e um “presidente” que era “a máxima autoridade e o supremo representante da Frente Negra Brasileira”, como alertava Correia Leite. Seu jornal, *A Voz da Raça*, que circulou entre 1933 e 1937, mantinha em destaque, no cabeçalho, a frase “Deus, Pátria, Raça e Família”, diferenciando-se do principal lema integralista apenas no termo “Raça”. Correia Leite fundou, com outros militantes, outra organização, o Clube Negro de Cultura Social, em 1º de julho de 1932, em São Paulo. Ainda em 1932, foi criada, também, em São Paulo, a Frente Negra Socialista, outra dissidência da FNB.

Já o contemporâneo de José Correia Leite e também fundador da FNB, Francisco Lucrécio, lembrou em entrevista concedida a Márcio Barbosa, na década de 1980, de contatos da FNB com Angola e com o movimento de Marcus Garvey. Mas seu depoimento mostra que a aproximação com a África, por exemplo, não passava pelos planos de grande parte do movimento nos anos 1930. Acredito que seja possível que esse nacionalismo exacerbado tenha afastado afinidades com a África. Como dizia Francisco Lucrécio anos depois,

[...] na Frente Negra não tinha essa discussão de volta à África. Tínhamos correspondência com Angola, conhecíamos o movimento de Marcus Garvey, mas não concordávamos. Nós sempre nos afirmamos como brasileiros e assim nos posicionávamos com o pensamento de que os nossos antepassados trabalharam no Brasil, se sacrificaram, lutaram desde Zumbi dos Palmares

aos abolicionistas negros, então nós queríamos, nos afirmaríamos, sim, como brasileiros.⁷ (BARBOSA, 1998, p. 46).

A “afirmação como brasileiro”, feita por Francisco Lucrécio, reforça aqui outro aspecto importante no processo de constituição do movimento negro no Brasil da primeira metade do Século XX: a luta por igualdade na sociedade brasileira. Afinal de contas, seriam todos “brasileiros”. A segunda fase do movimento negro brasileiro, no Século XX, para Pereira e Domingues, teve início no período final do Estado Novo (1937-1945). Petrônio Domingues (2007) cita o Teatro Experimental do Negro e a União dos Homens de Cor (UHC), fundada em Porto Alegre em 1943, e com ramificações em 11 estados da federação, como sendo as principais organizações dessa segunda fase do movimento. Antônio Sérgio Guimarães, referindo-se ao período de redemocratização, em 1945, e às organizações negras criadas naquele contexto histórico, afirma que o “Teatro Experimental do Negro é, sem dúvida, a principal dessas organizações” (GUIMARÃES, 2002, p. 141), e diz o seguinte em relação ao TEN:

De fato, os propósitos de integração do negro na sociedade nacional e no resgate da sua auto-estima foram marcas registradas do Teatro Experimental do Negro. Através do teatro, do psicodrama e de concursos de beleza, o TEN procurou não apenas denunciar o preconceito e o estigma de que os negros eram vítimas, mas, acima de tudo, oferecer uma via racional e politicamente construída de integração e mobilidade social dos pretos, pardos e mulatos. (GUIMARÃES, 2002, p. 93).

Sérgio Costa afirma que o TEN buscava inspiração no movimento *Négritude*, que teve enorme importância nos debates intelectuais contra o racismo e o colonialismo, na primeira metade do Século XX, principalmente no mundo francófono, e diz ainda que:

No Brasil, o movimento articulado pelo TEN e organizado em torno de simpósios e oficinas de teatro nunca teve as características de uma organização que contasse com uma base ampla. Não obstante, revestiu-se de enorme importância no âmbito da mobilização de intelectuais, sobretudo, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. (COSTA, 2006, p. 143).

Nesse sentido, destacam-se a realização pelo TEN da I e da II Convenção Nacional do Negro (1945 e 1946), e do I Congresso do Negro Brasileiro, em 1950. Michael Hanchard (2001) afirma que o TEN foi fundado com o objetivo primário de ser uma companhia de produção teatral, mas que assumiu outras funções culturais e

⁷ Francisco Lucrécio, nascido em Campinas em 1909, foi diretor da FNB de 1934 a 1937.

políticas logo depois que foi criado, e que “além de montar peças como *O Imperador Jones*, de Eugene O’Neill (1945), e *Calígula*, de Albert Camus (1949), o TEN foi a força propulsora do jornal *Quilombo* (1948-1950) e de campanhas de alfabetização em pequena escala, além de cursos e ‘iniciação cultural’ entre 1944 e 1946.” (HANCHARD, 2001, p. 129). É interessante observar a própria explicação dada por Abdias do Nascimento sobre o episódio que o teria motivado a criar o Teatro Experimental do Negro:

Várias interrogações suscitaram ao meu espírito a tragédia daquele negro infeliz que o gênio de Eugene O’Neill transformou em *O Imperador Jones*. Isso acontecia no Teatro Municipal de Lima, capital do Peru, onde me encontrava com os poetas Efraín Tomás Bó, Godofredo Tito Iommi e Raul Young, argentinos, e o brasileiro Napoleão Lopes Filho. Ao próprio impacto da peça juntava-se outro fato chocante: o papel do herói representado por um ator branco tingido de preto. Àquela época, 1941, eu nada sabia de teatro, economista que era, e não possuía qualificação técnica para julgar a qualidade interpretativa de Hugo D’Evieri. Porém, algo denunciava a carência daquela força passional específica requerida pelo texto, e que unicamente o artista negro poderia infundir à vivência cênica desse protagonista, pois o drama de Brutus Jones é o dilema, a dor, as chagas existenciais da pessoa de origem africana na sociedade racista das Américas. Por que um branco brochado de negro? Pela inexistência de um intérprete dessa raça? Entretanto, lembrava que, em meu país, onde mais de vinte milhões de negros somavam a quase metade de sua população de sessenta milhões de habitantes, na época, jamais assistira a um espetáculo cujo papel principal tivesse sido representado por um artista da minha cor. Não seria, então, o Brasil, uma verdadeira democracia racial? Minhas indagações avançaram mais longe: na minha pátria, tão orgulhosa de haver resolvido exemplarmente a convivência entre pretos e brancos, deveria ser normal a presença do negro em cena, não só em papéis secundários e grotescos, conforme acontecia, mas encarnando qualquer personagem – Hamlet ou Antígona – desde que possuísse o talento requerido. (NASCIMENTO, 2004, p. 209).

Já a União dos Homens de Cor (UHC) tinha outra perspectiva de ação, um tanto distante da do TEN, que embora também oferecesse curso de alfabetização para os atores negros, pautava sua atuação no campo do protesto político e cultural. A UHC tinha uma perspectiva de atuação social mais próxima a da FNB, no sentido da busca de integração do negro na sociedade brasileira através de sua “educação” e de sua inserção no mercado de trabalho. Embora a FNB tenha conseguido uma dimensão muito mais significativa em termos de número de membros associados, a UHC também se expandiu por várias regiões do Brasil. Petrônio Domingues diz o seguinte em relação à União dos Homens de Cor:

Também intitulada Uagacê ou simplesmente UHC, foi fundada por João Cabral Alves, em Porto Alegre, em janeiro de 1943. Já no primeiro artigo do estatuto, a entidade declarava que sua finalidade central era “elevar o nível econômico, e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades”. A UHC era constituída de uma complexa estrutura organizativa. A diretoria nacional era formada pelos fundadores e dividia-se nos cargos de presidente, secretário-geral, inspetor geral, tesoureiro, chefe dos departamentos (de saúde e educação), consultor jurídico e conselheiros (ou diretores). (DOMINGUES, 2007, p. 108).

Da mesma forma que na fase anterior, como podemos perceber nos trechos citados acima, a inclusão da população negra na sociedade brasileira, tal como ela se apresentava, continuava sendo uma característica importante do movimento. Mas, por outro lado, a valorização de experiências vindas do exterior, principalmente da África e dos Estados Unidos, aparece com frequência em fontes das décadas de 1940 e 1950. O próprio episódio narrado por Abdias do Nascimento acima, que o motivou a criar o TEN no Brasil, se deu em solo estrangeiro e assistindo a uma peça de um autor norte-americano que tratava da situação dos negros nos Estados Unidos. Como Verena Alberti e eu demonstramos em artigo publicado em 2007 sobre o tema, já em dezembro de 1948, o primeiro número do jornal *Quilombo*, fundado por Abdias do Nascimento, dedicou quatro parágrafos ao periódico francês *Présence Africaine*, que tinha em sua direção o intelectual senegalês Alioune Diop.⁸ Seguindo a mesma linha, *Quilombo* publicou, em janeiro de 1950, um resumo de “Orfeu negro”, como ficou conhecida a introdução de Jean Paul Sartre à antologia de poetas negros de língua francesa organizada pelo senegalês Léopold Senghor em 1948. Nessa mesma época, poemas de Léopold Senghor, do martinicano Aimé Césaire e do guianense Léon Damas eram declamados na Associação Cultural do Negro (ACN), outra organização criada, em 1954, por José Correia Leite, em São Paulo⁹ (ALBERTI & PEREIRA, 2007c, p. 28).

José Correia Leite lembrou ainda, em entrevista concedida, na década de 1980, ao poeta e militante Luiz Silva, conhecido como Cuti, de um protesto organizado pela ACN em 1958, contra a discriminação racial na África do Sul e nos Estados Unidos. Nesse evento, foi sugerida a criação de um comitê de solidariedade aos povos africanos. Esse protesto acabou resultando na criação de contatos entre a ACN e a principal

⁸ O jornal *Quilombo* era publicado no Rio de Janeiro e circulou entre 1948 e 1950. Ver a edição fac-similar do jornal: *Quilombo*, 2003: 21.

⁹ A Associação Cultural do Negro foi criada em 1954, em resposta ao fato de nenhum negro ter sido indicado como importante para a formação da cidade de São Paulo durante as comemorações do quarto centenário da cidade, mas só começou a funcionar em 1956. Ver: LEITE, 1992:167.

organização na luta pela libertação do colonialismo português em Angola, como contou em sua entrevista Correia Leite: “Creio que essa proposta deve ter chegado à África portuguesa, pois nós passamos a receber publicações do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), não endereçadas à Associação, mas ao Comitê de Solidariedade aos Povos Africanos.”¹⁰ (LEITE, 1992, p. 175). Correia Leite sintetizou, dessa forma, o significado da descoberta da África para os negros brasileiros, no início dos anos 1960:

[...] 1960 foi considerado o ano africano. Foi quando ocorreu o maior número de independências dos países da África negra. Toda a atenção estava voltada para esses acontecimentos. Inclusive na África portuguesa estava começando o movimento de libertação de Angola e Guiné Bissau.¹¹ [...] Aquela movimentação deixou os negros daqui entusiasmados. A África era bem desconhecida. Parecia que estava sendo descoberta naquele momento. (LEITE, 1992, p. 177).

É difícil estabelecer uma cronologia fechada, que enquadre a constituição do movimento negro brasileiro, ao longo do Século XX, em fases muito definidas, na medida em que, entre as diferentes fases deste movimento durante todo esse período destacadas acima, é possível constatar a presença de muitos elementos comuns, muitas continuidades em relação às formas de atuação e estratégias adotadas por ativistas e organizações, como já foi visto acima. Ao mesmo tempo, é possível perceber a existência de certos intercâmbios ocorridos através de militantes mais velhos e jovens, que informaram e contribuíram para a construção de organizações negras em diversos momentos e regiões do Brasil. Este fato torna ainda mais complexa a constituição do movimento negro brasileiro ao longo das diferentes épocas e em diferentes contextos históricos.

¹⁰ O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) foi fundado em 1956, quando foi publicado seu primeiro manifesto.

¹¹ Em Angola, a luta pela independência começou no início dos anos 1960, com a participação de três organizações divergentes: o MPLA, de orientação marxista e pró-soviético; a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), anti-comunista, apoiada pelos Estados Unidos e pela República Democrática do Congo; e a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita), inicialmente de orientação maoísta, e, depois, anti-comunista, apoiada pelo regime sul-africano do *apartheid*. Em 11 de novembro de 1975, o MPLA proclamou a independência e seu líder Agostinho Neto tornou-se presidente da República Popular de Angola, que adotou o regime socialista. Em Guiné-Bissau, a luta pela libertação começou em 1956, com a fundação do Partido para a Independência da Guiné Portuguesa e Cabo Verde (PAIGC), por Amilcar Cabral (1924-1973). O braço armado do partido desencadeou a guerra pela libertação em 1961 contra as tropas coloniais portuguesas, proclamando a independência do país em 26 de setembro de 1973. Em 10 de setembro de 1974, o governo português entregou oficialmente o poder ao PAIGC.

A tradição de luta contra o racismo, que contou com diferentes tipos de organizações políticas e culturais em vários setores da população negra brasileira desde o final do Século XIX, foi importante para o surgimento, em meio a um período de ditadura militar, do movimento negro contemporâneo no Brasil, no início da década de 1970. No entanto, podemos encontrar várias características específicas nesse movimento contemporâneo, como por exemplo o fato de que, diferentemente de momentos anteriores, a oposição ao chamado “mito da democracia racial” e a construção de identidades político-culturais negras foram o fundamento a partir do qual se articularam as primeiras organizações. Sobre a relação entre a constituição do movimento negro e a denúncia do mito da democracia racial, Joel Rufino dos Santos diz o seguinte:

O movimento negro, no sentido estrito, foi, na sua infância (1931-45) uma resposta canhestra à construção desse mito. Canhestra porque sua percepção das relações raciais, da sociedade global e das estratégias a serem adotadas, permanecem no ventre do mito, como se fosse impossível olhá-lo de fora – e, de fato, historicamente, provavelmente o era. Para as lideranças do movimento negro, catalisadas pela imprensa negra que desembocou na FNB, o preconceito anti-negro era, com efeito, residual tendendo para zero à medida em que o negro vencesse o seu “complexo de inferioridade”; e através do estudo e da auto-disciplina, neutralizasse o atraso causado pela escravidão. Na sua visão – comprovando a eficácia do mito – o preconceito era “estranho à índole brasileira”; e, enfim, a miscigenação (que marcou o quadro brasileiro) nos livraria da segregação e do conflito (que assinalavam o quadro norte-americano), sendo pequeno aqui, portanto, o caminho a percorrer. [...] Foi só nos anos 1970 que o movimento negro brasileiro decolou para atingir a densidade e amplitude atuais. (SANTOS, 1985, p. 289).

A denúncia do “mito da democracia racial” como um elemento fundamental para a constituição do movimento, a partir da década de 1970, pode ser observada, por exemplo, em todos os documentos do Movimento Negro Unificado (MNU), criado em 1978, em São Paulo, e que contou com a participação de lideranças e militantes de organizações de vários estados. Desde a “Carta Aberta à População”, divulgada no ato público de lançamento no MNU, realizado nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em 7 de julho de 1978, podemos encontrar em todos os documentos a frase “por uma verdadeira democracia racial” ou “por uma autêntica democracia racial”.

É importante ressaltar que o surgimento do MNU, em 1978, é considerado, tanto pelos próprios militantes quanto por muitos pesquisadores, como o principal marco na formação do movimento negro contemporâneo no Brasil na década de 1970. Reconhecendo a criação do MNU como um marco fundamental na transformação do

movimento negro brasileiro – em meio a um contexto histórico-social de lutas contra a ditadura militar, então vigente no país –, e comparando-o com organizações anteriores como a FNB e o TEN, Sérgio Costa afirma que o MNU se “constitui como um movimento popular e democrático”, e acrescenta:

Além do caráter popular, ausente no projeto do Teatro Experimental do Negro, o MNU se distingue do TEN por sua crítica ao discurso nacional hegemônico. Isto é, enquanto o TEN defendia a plena integração simbólica dos negros na identidade nacional “híbrida”, o MNU condena qualquer tipo de assimilação, fazendo do combate à ideologia da democracia racial uma das suas principais bandeiras de luta, visto que aos olhos do movimento, a igualdade formal assegurada pela lei entre negros e brancos e a difusão do mito de que a sociedade brasileira não é racista teria servido para sustentar, ideologicamente, a opressão racial. Assim, os conceitos “consciência” e “conscientização” passam a ocupar, desde a fundação do MNU, lugar decisivo na formulação das estratégias do movimento. (COSTA, 2006, p. 144)

A “Carta de princípios” do MNU, criada nos meses seguintes ao ato público, ainda em 1978, é um bom exemplo do esforço de definição do que seria um “movimento negro” e do que era ser negro, e também nos possibilita observar algumas diferenças fundamentais em relação às tentativas anteriores de organização da população negra no Brasil:

Nós, membros da população negra brasileira – entendendo como negro todo aquele que possui na cor da pele, no rosto ou nos cabelos, sinais característicos dessa raça –, reunidos em Assembléia Nacional, convencidos da existência de discriminação racial, marginalização racial, [...] mito da democracia racial, resolvemos juntar nossas forças e lutar pela defesa do povo negro em todos os aspectos [...]; por maiores oportunidades de emprego; melhor assistência à saúde, à educação, à habitação; pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil; valorização da cultura negra [...]; extinção de todas as formas de perseguição [...], e considerando enfim que nossa luta de libertação deve ser somente dirigida por nós, queremos uma *nova* sociedade onde *todos* realmente participem, [...] nos solidarizamos com toda e qualquer luta reivindicativa dos setores populares da sociedade brasileira [...] e com a luta internacional contra o racismo. Por uma autêntica democracia racial! Pela libertação do povo negro! (MNU, 1988, p. 19).

Uma característica importante do movimento negro contemporâneo, articulada diretamente à questão da importância da educação para a população negra, vista aqui como uma continuidade ao longo do processo de constituição do movimento ao longo do Século XX, é a reivindicação pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”, contida na “Carta de princípios” do MNU. Essa foi a própria razão do surgimento de uma das primeiras organizações do movimento negro contemporâneo brasileiro, o Grupo Palmares. Este Grupo foi fundado por Oliveira Silveira, junto com

outros militantes, em 1971, em Porto Alegre, e teve como primeiro e principal objetivo propor o 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, em 1695, como a data a ser comemorada pela população negra, em substituição ao 13 de maio, dia da abolição da escravatura; fato que engloba uma ampla discussão sobre a valorização da cultura, política e identidade negras, e provoca objetivamente uma reavaliação sobre o papel das populações negras na formação da sociedade brasileira, na medida em que desloca propositalmente o protagonismo em relação ao processo da abolição para a esfera dos negros (tendo Zumbi como referência), recusando a imagem da princesa branca benevolente que teria redimido os escravos. O 13 de maio passou, então, a ser considerado pelo movimento negro como um dia nacional de denúncia da existência de racismo e discriminação em nossa sociedade.

O Grupo Palmares elegeu o Quilombo dos Palmares como passagem mais importante da história do negro no Brasil e realizou, ainda em 1971, o primeiro ato evocativo de celebração do 20 de Novembro. Seguindo a proposição do Grupo Palmares, durante a segunda Assembleia Nacional do MNU, realizada no dia 4 de novembro de 1978, em Salvador, foi estabelecido o 20 de Novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” – que hoje é feriado em mais de 200 municípios do país, como podemos observar no documento divulgado ao final da Assembleia¹²:

Nós, negros brasileiros, orgulhosos por descendermos de ZUMBI, líder da República Negra de Palmares, que existiu no estado de Alagoas, de 1595 a 1695, desafiando o domínio português e até holandês, nos reunimos hoje, após 283 anos, para declarar a todo povo brasileiro nossa verdadeira e efetiva data: 20 de Novembro, DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA! Dia da morte do grande líder negro nacional, ZUMBI, responsável pela PRIMEIRA E ÚNICA tentativa brasileira de estabelecer uma sociedade democrática, ou seja, livre, e em que todos – negros, índios, brancos – realizaram um grande avanço político e social. Tentativa esta que sempre esteve presente em todos os quilombos. (GONZALEZ, 1982, p. 51 – Transcrito como no documento original).

Militantes, professores, “agentes da lei”: à guisa de conclusão...

Muitas estratégias foram utilizadas por militantes negros em todo o território nacional na luta pela tão necessária “reavaliação do papel do negro na História do

¹² Um fato interessante em relação a essa Assembléia, que nos leva a contextualizar a história do movimento negro, é que a sua realização foi proibida pela polícia, amparada pela Lei de Segurança Nacional, que no Decreto-Lei nº 510, de 20 de março de 1969, determinava em seu artigo 33º a pena de detenção de 1 a 3 anos por “incitar ao ódio ou à discriminação racial”. A Assembléia acabou sendo realizada nas instalações do Instituto Cultural Brasil-Alemanha (ICBA), graças à intervenção de seu diretor, Roland Shaffner. Como o ICBA era considerado território alemão, a polícia brasileira não pôde impedir a realização da Assembleia.

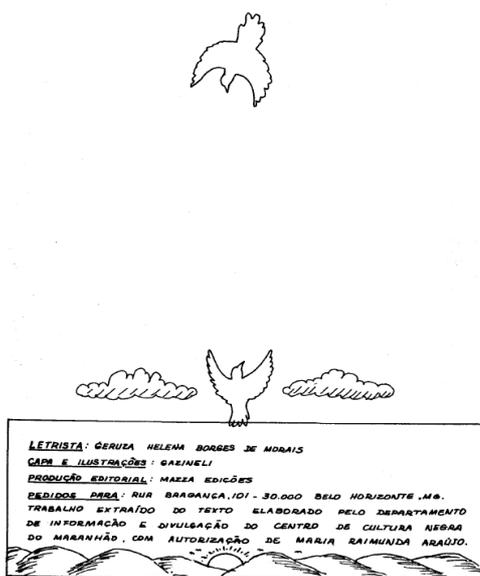
Brasil”. Entre as estratégias bem-sucedidas podemos observar a adotada, desde o início da década de 1980, por Maria Raimunda (Mundinha) Araujo, então presidenta do CCN do Maranhão,¹³ ao atuar diretamente nas escolas, não somente dando palestras e informando professores e alunos sobre as histórias dos negros no Brasil, mas também produzindo material didático para este fim. Mundinha Araujo e outros militantes produziram cartilhas no Maranhão, que foram inclusive publicadas, por exemplo, no início da década de 1980, em Belo Horizonte, Minas Gerais, como se pode observar abaixo na reprodução da capa e contra-capa de uma dessas cartilhas elaboradas por Mundinha no CCN do Maranhão. Sobre a atuação direta do movimento negro nas escolas, Mundinha Araujo contou, em entrevista, o seguinte:

Nós achávamos que a luta era dentro das escolas, era fazendo parcerias. Em 1982 nós fizemos um convênio com a Secretaria de Educação porque nós queríamos a participação dos professores. Eles colocaram os professores à disposição para participarem da Semana do Negro. A gente fazia assim: “Vamos para o bairro do João Paulo.” Todos os professores das escolas que ficavam no bairro do João Paulo e adjacências iam para o mesmo local. E nós distribuíamos o material que a Secretaria de Educação também ajudou a rodar, deu o papel e tudo. E os de nós que seguravam mais eram os professores: eu, Carmem Lúcia, a Fátima, minha irmã, o Carlão, o Luizão [...].¹⁴

Foi algo que depois nós fizemos um documento e apresentamos lá no encontro da Candido Mendes, no Rio de Janeiro, em 1982. Me convidaram para participar de uma mesa redonda chamada “Movimento negro nos anos 1980”. [...] Quando fiz o relato, depois eles disseram: “Incrível, você esteve em 1979 conversando conosco [no IPCN] e nós lhe demos orientação. Hoje você chega aqui e mostra um movimento que ninguém está fazendo. E lá no Maranhão!” Todo mundo ficou encantado que a gente estivesse principalmente trabalhando o aspecto da educação, que a gente considerava prioridade.

¹³ Maria Raimunda (Mundinha) Araújo nasceu em São Luís em 8 de janeiro de 1943. Formada em comunicação social pela Federação das Escolas Superiores do Maranhão, em 1975, Mundinha Araújo, como é conhecida, foi fundadora do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), em 1979, a primeira vice-presidente da entidade, de 1980 a 1982, e ocupou a presidência no mandato seguinte, de 1982 a 1984. Foi diretora do Arquivo Público do Estado do Maranhão entre 1991 e 2003. A entrevista citada abaixo foi gravada em 10/9/2004, em São Luís do Maranhão, durante a realização da pesquisa “História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas de história oral”, implementada por Verena Alberti e Amilcar Araújo Pereira, no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) entre 2003 e 2007.

¹⁴ Carlão é Carlos Benedito Rodrigues da Silva, antropólogo, militante do movimento negro, doutor em ciências sociais pela PUC de São Paulo e professor da Universidade Federal do Maranhão desde 1981. E Luizão é Luiz Alves Ferreira, um dos fundadores do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), em 1979, e primeiro presidente da entidade, de 1980 a 1982. Médico e mestre em patologia humana pela Universidade Federal da Bahia em 1992, foi secretário da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), regional do Maranhão.



Magno Cruz, que também foi presidente do CCN (de 1984 a 1988),¹⁵ contou em sua entrevista sobre como essa estratégia de atuação nas escolas também acabava sendo importante para a formação dos próprios militantes, em função do ineditismo daquele tipo de trabalho:

Então, como íamos para as escolas? Mandávamos um ofício com antecedência e tinha uma negociação com a diretoria da escola. Algumas escolas eram sensíveis a isso, quando tinham uma diretora negra que entendia. Porque tudo era novidade, ninguém discutia a questão dos negros. Então, ir para a escola, falar da história do negro, desmistificar a história oficial não era uma coisa fácil. Havia algumas barreiras. Teve vez que a Mundinha fez intercâmbio com a própria Secretaria de Educação, aí as coisas ficavam até oficiais.

No início, até pela inexperiência que se tinha, eu, particularmente, ia para essas palestras só para ouvir, porque tudo era novidade para mim e tinha muitas perguntas que eu ainda não sabia responder. O pessoal perguntava: “E

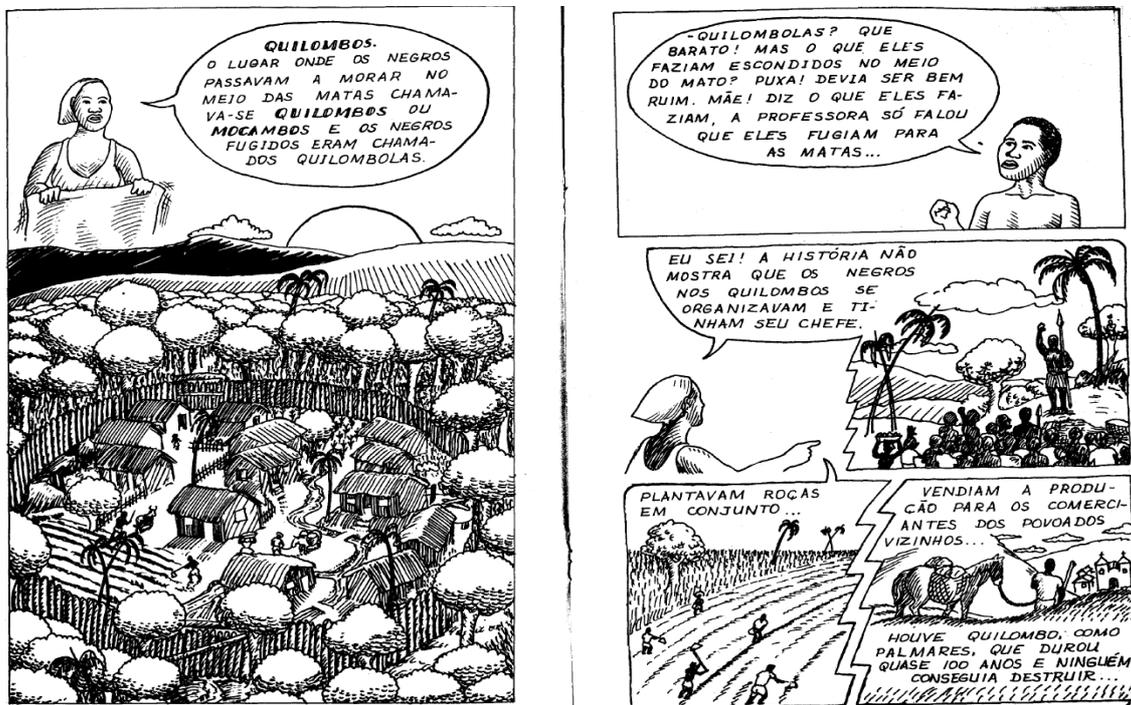
¹⁵ Magno Cruz nasceu em São Luís em 25 de maio de 1951. Engenheiro formado pela Universidade Estadual do Maranhão em 1976, é funcionário da Companhia de Água e Esgotos do Maranhão (CAEMA) desde 1980. Foi presidente do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) por dois mandatos consecutivos, de 1984 a 1988. À época da entrevista, era presidente do Conselho Diretor da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e diretor de formação do Sindicato dos Urbanitários do Maranhão, filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT). A entrevista citada foi gravada em 8/9/2004, em São Luís do Maranhão, durante a realização da pesquisa “História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas de história oral” implementada por Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

na África do Sul, como é o *apartheid*?” Eu não sabia. Mas eu acho que era interessante porque, a partir das palestras que a gente ia dar nas escolas, a gente via as nossas limitações e procurava aprender e estudar.

Quando foi na nossa gestão, a partir de 1985, nós continuamos esse trabalho. E o que fizemos? Nós ampliamos essas equipes, chegamos a ter umas 15, 20 equipes de três pessoas. Geralmente tinha um que já tinha um desenvolvimento, uma experiência em palestras, em dar aulas, e botava duas pessoas para aprender, porque, na realidade, era uma prática também de ensinar novos militantes nesse trabalho. Mas tivemos muitas barreiras. Tinha escola em que a gente chegava, já tinha mandado o ofício há um mês e o diretor não queria a palestra. A gente tinha que ameaçar denunciar na Secretaria de Educação. Não foram fáceis esses momentos. Depois, a coisa se tornou mais rotineira, aí já tinha colégio que convidava a gente, até as escolas particulares – escolas como o Marista, Dom Bosco, que são escolas que têm pouquíssimos negros, mas que chamavam a gente também.

A estratégia de atuar no âmbito da educação foi muito utilizada por organizações negras em vários estados brasileiros. Nesse sentido, a produção de cartilhas como as de Mundinha Araujo do CCN, para informar não só alunos e professores nas escolas, mas os próprios militantes e a sociedade como um todo, foi uma prática recorrente nas organizações negras de norte a sul do Brasil. E essas cartilhas circulavam nos diferentes estados, em função das redes de relações estabelecidas pelos militantes de todo o país, principalmente na década de 1980. E essas publicações tinham o objetivo, primeiro, de apresentar aspectos pouquíssimos conhecidos da história do Brasil, especialmente as histórias dos negros no Brasil. Os próprios títulos são bastante sugestivos nesse sentido. O *Caderno de descolonização da nossa história: Zumbi, João Cândido e os dias de hoje*, publicado por Amauri Mendes Pereira e Yedo Ferreira, militantes negros no Rio de Janeiro, e a cartilha citada do CCN do Maranhão *Esta história eu não conhecia*, ambos de 1980, são dois exemplos emblemáticos do que se quer dizer aqui. O primeiro traz relatos históricos baseados nos livros *Palmares, a guerra dos escravos*, de Décio Freitas, e *A Revolta da Chibata*, de Edmar Morel, e na apresentação da cartilha os autores dizem o seguinte: “Juntamos os dois relatos históricos a alguns dos resultados de reflexões nossas sobre a história do Brasil, e resolvemos editá-los com o objetivo principal de alargar o máximo possível o conhecimento destes fatos históricos tão significativos, até onde, dificilmente, chegam os livros.” Já a cartilha do CCN, aliando a informação sobre a história dos negros no Brasil a uma tentativa de aumento da autoestima por parte das crianças negras, adotava a seguinte estratégia: uma mãe contava histórias “positivas” dos negros, como as dos quilombos, por exemplo, para explicar o processo da abolição da escravatura ao menino negro que acabara de brigar

na escola com um menino branco, que havia dito a seguinte frase após a briga: “Negrinho! Culpada disso é a princesa Isabel!”.



Essa cartilha do CCN, como foi dito acima, circulou em muitos estados brasileiros. Da mesma forma, outras cartilhas circularam e contribuíram para a própria consolidação do movimento negro no Brasil na década de 1980. A contínua luta dos militantes negros ao longo do século passado, tanto no que diz respeito à importância da educação quanto à luta pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil, tornou possível a construção de resultados visíveis para o conjunto da população brasileira nos anos recentes, como por exemplo a criação e aprovação da Lei 10.639, em 9 de janeiro de 2003. Acredito que, ao problematizar o forte caráter eurocêntrico tão presente na construção histórica da disciplina História em nosso país e ao tornar possível a complexificação dos currículos e a inserção de diferentes histórias e culturas nos cotidianos escolares, a implementação da Lei 10.639/03 tem potencial para promover a construção de uma prática docente que questione preconceitos e que seja pautada pelos princípios da pluralidade cultural e do respeito às diferenças. Mas, para tanto, se faz necessária a efetiva incorporação no cotidiano escolar de novos conteúdos e procedimentos didáticos pelas escolas e por seus professores, “agentes da lei”. Algo que tem se mostrado um verdadeiro desafio.

The 10.639/03 Law and the black movement: aspects of the struggle for "reassessment of the role of blacks in Brazil's history"

Abstract

The aim of this paper is to present some aspects of the history of the black social movement in Brazil that allow us to observe how issues related to the importance of "education" and the struggle for the "reevaluation of the role of black people in Brazil's history" were important to the constitutional process of this social movement and to the creation of the Law 10.639/03, which has turned mandatory teaching Afro-Brazilian History and Culture in Brazil's schools. This article is based on two complementary research: a research on the history of the black movement in Brazil, which resulted in my doctoral dissertation entitled "*O mundo negro*": a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995), defended in 2010 in the Graduate Program in History of UFF, and a research project entitled "African-Brazilian's History and Culture into the curriculum and classrooms: how far does Law 10.639/03 in the state of Rio de Janeiro go?", developed by me from October 2010 at the Education Department of UFRJ.

Key-words: History teaching; Afro-Brazilian History and Culture; education; black movement.

Referências

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. (Org.). **Histórias do movimento negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2007a.

ALBERT, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo (Org.). O movimento negro contemporâneo. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia (1964)** (Coleção As esquerdas no Brasil). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.

ALBERT, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo (Org.). Qual África? Significados da África para o movimento negro no Brasil. **Estudos Históricos**, v.39, p. 25-56, 2007c.

ANDREWS, George R. **Negros e brancos em São Paulo**. Bauru: EDUSC, 1998.

BARBOSA, Márcio (Org.). **Frente Negra Brasileira**: depoimentos. São Paulo: Quilombhoje, 1998.

COSTA, Sérgio. A construção sociológica da raça no Brasil. **Estudos Afro-asiáticos**, Ano 24, n. 1, p. 35-61, 2002.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos**: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DOMINGUES, Petrônio José. **A insurgência de ébano**: a história da Frente Negra Brasileira (1931-1937). 2005. Tese (doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, Universidade Federal Fluminense, vol. 23, p. 100-122, 2007.

GONZALEZ, Lélia. O Movimento Negro na última década. In: GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A.. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo. Editora 34, 2002.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder**: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945 – 1988). Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

LEITE, José Correia; CUTI, Luiz Silva (Org.). **...E disse o velho militante José Correia Leite**: depoimentos e artigos. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajetória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

PEREIRA, Amilcar A. **O Mundo Negro**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). 2010. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

POERNER, Arthur José. **Memórias do Exílio**. Lisboa: Arcádia, 1976. Disponível em <http://www.abdias.com.br/movimento_negro/movimento_negro.htm>. Acesso em 20/01/2010.

SANTOS, Joel Rufino dos. A Luta Organizada Contra o Racismo. In: BARBOSA, Wilson do Nascimento (Org.). **Atrás do muro da noite**; dinâmica das culturas afro-brasileiras. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

SANTOS, Joel Rufino dos. O Movimento Negro e a crise brasileira. **Política e Administração**, v. 2, p. 287-307, jul./set. 1985.

SISS, Ahyas. Educação, Cidadania e Multiculturalismo. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26, 2003, Poços de Caldas. **26ª Reunião Anual da ANPED**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.